

## O PERÍODO DE PREPARAÇÃO E A EVOLUÇÃO DA POSTURA DA TROPA: INFLUENCIAS NO CUMPRIMENTO DA MISSÃO NO HAITI.

Daniel Silva Dias <sup>1</sup>

### RESUMO

As missões sob égide da Organização das Nações Unidas (ONU) são vistas com bons olhos pela sociedade mundial, pois são um dos principais instrumentos para a conquista da paz mundial. Nesse contexto, ressalta-se a presença impecável do Brasil em diversas missões, com destaque a mais recente participação na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O caso de sucesso, o reconhecimento internacional, o apoio da população local, são aspectos que se fazem necessário refletir. Tenta-se elucidar os motivos dos altos índices de aceitabilidade das tropas brasileira, no que tange à postura da tropa e a liderança em pequenas frações. Este artigo irá analisar a mudança de postura da tropa, mostrando a importância do período de preparação para o cumprimento missão.

**Palavras-chave:** ONU. MISSÕES DE PAZ. MINUSTAH. HAITI. POSTURA. LIDERANÇA.

### ABSTRACT

United Nations missions are well appreciated worldwide and are very critical to the sustenance of world peace. As such there is a need to emphasize Brazil's presence in a lot of these missions, paying special attention to Brazil's participation in the recently conducted United Nations stabilization mission in Haiti (MINUSTAH). This research, will examine the successes of this operation, how Brazil gained international recognition, the importance of having the support of the local population and the troops posture and leadership of small groups. This article seeks to analyze the change of troops posture, outlining the importance of the preparation period and how critical it is to ensuring mission success.

**Keywords:** UN. PEACE'S MISSION. MINUSTAH. HAITI. POSTURE. LEADERSHIP.

---

<sup>1</sup>Capitão-Tenente Fuzileiro Naval. Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval (EN) em 2012.

## 1 INTRODUÇÃO

O Pacto da Liga das Nações, estabelecido como consequência da Conferência de Paris (1919), passou a vigorar em 10 de janeiro de 1920. Esta foi a primeira ideia, no mundo contemporâneo, de organização internacional voltada para a paz mundial. Contava inicialmente com 27 países, entre eles o Brasil. Fracassou, e dentre os motivos para tal se destaca a inserção deste em um tratado de paz considerado extremamente desigual entre os países vencedores e os derrotados no Pós 1ª Guerra Mundial. Fora acusado de não pregar a harmonia mundial, pois excluiu a participação dos países derrotados até 1926.

No Pós 2ª Guerra Mundial, mais precisamente em 24 de outubro de 1945, entrou em vigor a Carta das Nações Unidas, com 50 países adeptos. Nela, em seu primeiro capítulo, fica claro que o propósito principal da Organização das Nações Unidas (ONU) é manter a paz e a segurança internacional. Para que tal propósito seja atingido, a Carta prevê em seu capítulo VII que o Conselho de Segurança da ONU tem o poder de investigar qualquer tipo de ameaça à paz e à segurança internacional realizada por meio de um Estado Soberano, e, constatado que suas ações não estejam de acordo com as normas relacionadas a estes aspectos, determina qual a categoria dentre as cinco operações de não-guerra (diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, consolidação da paz e imposição da paz) deve ser adotada a fim de manter ou reestabelecer a paz e a segurança internacionais. (DEFESA, 2007)

41. O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

42. No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. (CARTA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Cap. VII, art. 41 e 42, 1945).

O conselho de segurança da ONU possui quinze membros, sendo cinco permanentes (Estados Unidos da América, Federação Russa, China, França e

Reino Unido) e dez eleitos pela Assembleia Geral da ONU, por um período de dois anos. O Brasil é o segundo país que mais vezes foi eleito para compor o Conselho. São um total de dez participações, atrás apenas do Japão, que fora eleito onze vezes. Para o último biênio em que o Brasil foi escolhido (2010-2011) se destaca a quantidade expressiva de 182 votos (dos 183 possíveis), o que demonstra o reconhecimento internacional em relação ao trabalho desenvolvido. O país defende uma necessidade de reforma no Conselho, para que ele passe a refletir a realidade contemporânea, sendo mais legítimo e representativo do conjunto dos membros da ONU, que hoje são 193 países. (EXTERIORES, 2017).

A Constituição brasileira, em seu Artigo 4º, deixa clara a visão da República nas suas relações internacionais, elencando os princípios que a norteiam, que são: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre Estados, defesa da paz, solução pacífica de conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.

A ONU, em suas operações, preza pelo fiel cumprimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que é um direito universal e autônomo, aplicável tanto em tempo de paz quanto de guerra. Vários são os documentos normativos, emitidos pela Organização, que regulam as Operações de Paz (OP). Dentre eles, o Mandato da Missão (*Mission`s Mandate*) é o que propriamente estabelece uma OP, sendo resultante da resolução do Conselho de Segurança e contendo os fundamentos e objetivos a serem atingidos na Operação. Já as “*Guidelines*” (Diretrizes para uma OP) são elaboradas pelo *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) e distribuídas aos países que cedem contingentes, estabelecendo orientações de caráter operativo, administrativo, financeiro e logístico. Dentre as orientações, estão aquelas voltadas ao pessoal, que abordam os requisitos de treinamento e normas de conduta do pessoal. (DEFESA, 2007)

Para que o Brasil participe em uma Operação de Paz, a DPKO consulta o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por intermédio da Representação da Missão Permanente do Brasil junto à ONU. Esse ministério avalia preliminarmente a participação brasileira na missão, sob o aspecto dos interesses no que diz respeito a política externa brasileira e analisando a situação na área do conflito. Assim sendo, em consonância com a Constituição Federal, o Brasil não tem participado de OP em que não tenha havido o consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força

(exceto em autodefesa ou defesa do mandato). Concluindo-se pelo interesse em participar, o MRE, após prévia autorização do Chefe de Estado, articula junto ao Ministério da Defesa os assuntos militares. (DEFESA, 2007, p. 29-30; ITAMARATY).

Desde 1947, o Brasil vem se fazendo presente em diversas Operações de Paz. Oriente Médio, Suez (Egito), Moçambique, Angola, Timor Leste, Haiti e Líbano são exemplos marcantes da atuação brasileira. Tal atuação sempre muito elogiada, trouxe prestígio à política externa do país, que em várias situações comandou as Operações sob égide da ONU, como ocorreu no Timor Leste, Haiti e continua ocorrendo com a Força-Tarefa Marítima no Líbano. (HAMANN, JUL-SET 2016 MILITARY REVIEW)

O sucesso das participações brasileiras nas diversas OP, assim como o notado reconhecimento das suas capacidades pelo estados-membros da ONU, faz o país crer que vem aumentando suas possibilidades para pleitear uma reformulação no Conselho de Segurança da Organização.

## 1.1 PROBLEMA

Desde a primeira Operação de Manutenção da Paz com envio de tropas brasileiras, em Suez (1956), a postura dos capacetes azuis a serviço da ONU em relação à população local é um fator relevante para o cumprimento das missões e para a credibilidade da organização no cenário internacional. .

A relação entre o uso da força e a violência sempre foi uma questão delicada. Em muitas dessas missões, enfrentamentos duros de perfil militar ocorreram em detrimento de ações policiais. (JUNIOR, 2002)

Visando respeitar o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional dos Conflitos Armados, a ONU exige que suas diretrizes sejam obedecidas, principalmente as que se referem à postura da tropa. O Mandato da Missão e as Regras de Engajamento impõem várias limitações à essa. Assim, a fase de preparação visa dar segurança à tropa participante de uma Operação de Paz. Deve-se buscar atender nesta fase o acordo feito junto à ONU para a disponibilização de tropas, conhecido por *Peacekeeping Capability Readiness System* (PCRS). Uma referência utilizada pelas tropas brasileiras é o UNIBAM (Manual de Batalhão de Infantaria da ONU), no qual se busca o que é visualizado pela Organização como Capacidades Operacionais. (PILAR, 2017)

Por esse motivo, a fase de preparação para a missão é um pré-requisito. Nela deve ser ministrado de maneira incessante palestras sobre tal ramo do direito, de

modo que todos os elementos da tropa sejam capazes de discernir o certo do errado em uma eventual ação descentralizada. O treinamento também deve abordar desde os preceitos das ações humanitárias em proveito da população até a atuação no extremo da violência em combate.

Portanto, surge o seguinte questionamento: “Qual a importância do período de preparação no desenvolvimento das boas atitudes das tropas brasileiras a fim de adotarem uma postura adequada perante a população, e cumprirem a missão a que são destinadas?”

## 1.2 OBJETIVOS

A fim de determinar o grau de importância do período de preparação para o desenvolvimento da mentalidade e postura das tropas brasileiras na MINUSTAH, o presente estudo pretende analisar as respostas às entrevistas realizadas com diversos comandantes de fração, do Corpo de Fuzileiros Navais e do Exército Brasileiro, de contingentes diferentes.

Esta pesquisa se destina a elucidar quais os principais fatores abordados na preparação que ajudaram no desenvolvimento dessa postura, assim como elencar possíveis fatores que deveriam ser abordados neste processo, mas que foram relegados.

Para permitir se alcançar o objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, para facilitar o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) identificar quais foram os principais fatores diferenciais para o desenvolvimento da boa postura das tropas brasileiras para o cumprimento da missão na MINUSTAH;
- b) mostrar o que foi feito em termos de preparação quanto a esses fatores;
- c) verificar se a tropa, na missão, tinha consciência de seu importante papel para a imagem do país no contexto internacional;
- d) levantar lições aprendidas no terreno nas operações no Haiti; e
- e) formular uma proposta para a preparação dos próximos contingentes em uma possível nova missão.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Uma organização profissional tem que poder aprender com seus erros e sucessos e permanecer aberta à crítica e à sua melhoria (JANSEN, 2013).

Os últimos empregos das tropas brasileiras revelam a migração da área de operações para o ambiente urbano. Nas missões de paz não é diferente, como pode-se verificar no Haiti. “A não linearidade e a multidimensionalidade, acrescidos de direito humanitário, presença da mídia e batalha de informações indicam a necessidade de velocidade de decisão, adaptabilidade, suporte eficiente de comando e controle, além de tropas bem equipadas” (BRASIL, 2009, p. 2).

Assim, deseja-se verificar se a evolução da postura está relacionada com a importância da missão para o país, buscando saber se o soldado brasileiro tinha a consciência de que suas atitudes poderiam influenciar nos mais diversos níveis de decisão.

O desenvolvimento adquirido na MINUSTAH trouxe um grande legado ao Brasil, pois capacitou as tropas a atuarem nas diversas operações de Garantia da Lei e da Ordem que estão, atualmente, sendo destinadas à execução das Forças Armadas.

O levantamento de lições aprendidas desta missão é importante para aprimoramento e evolução da preparação das tropas brasileiras visando as possíveis futuras missões.

O desenvolvimento da mentalidade e postura de pessoal das tropas brasileiras de modo a focar, de maneira pró ativa, robusta e eficaz, a população haitiana de maneira humanizada, durante a MINUSTAH serviu para projetar a identidade do país como potência capaz de influenciar positivamente o seu entorno.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica por promover uma pesquisa a respeito do modo com que a tropa brasileira atuou na MINUSTAH, que trouxe um notado reconhecimento por parte da ONU.

O trabalho pretende, ainda, abastecer os responsáveis pelos adestramentos preparatórios de conhecimento acerca dos fatores mais relevantes a serem enfatizados no treinamento. Fatores esses, que muitas vezes, podem ter sido aprendidos *in loco*, mas que seriam de grande valia se tivessem sido enfatizados antes.

## **2 METODOLOGIA**

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa aplicada contemplou entrevistas com

especialistas, assim como leitura analítica e fichamento das fontes.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizou-se, principalmente, o conceito de pesquisa **qualitativa**, para que se possa compreender a real influência da preparação no desenvolvimento de postura dos militares, no Haiti.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade **exploratória**, pelo fato de o tema em questão ser pouco explorado na bibliografia, sendo difícil formular uma hipótese sem embasamento. Isto exigiu uma familiarização inicial, materializada pelas entrevistas para uma amostra com vivência profissional relevante sobre o assunto.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa aplicada contemplou revisão de literatura e entrevistas exploratórias com especialistas, que possuem experiência como comandantes de fração na MINUSTAH, do Exército Brasileiro e do Corpo de Fuzileiros Navais, em seus últimos contingentes, de forma a mensurar a real influência da preparação no desenvolvimento da postura dos militares nesta missão, de acordo com a ordem cronológica de execução. Houve também a oportunidade de colher subsídios com um pastor missionário haitiano, que vive em Porto Príncipe, capital do Haiti, e pode acompanhar o desenrolar da missão.

#### 3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Iniciou-se a pesquisa com a origem da Organização das Nações Unidas, e das subsequentes missões de paz. A fim de viabilizar a solução do problema de pesquisa, a revisão de literatura foi dedicada ao período em que o Brasil esteve atuando na MINUSTAH (2004-2017). Essa delimitação baseou-se na necessidade de focar no sucesso da missão, e tentar responder ao questionamento proposto.

Nas missões recentes, que ocorrem em sua maior parte em ambientes urbanos, pode-se observar a veracidade do conceito *“The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War”* (O Cabo Estratégico: liderança na Guerra em Três Quarteirões) desenvolvido pelo General Charles C. Krulak, do *United States Marine Corps* (USMC), publicado na *Marines Magazine*, 1999. Este aborda a necessidade de modulação da intensidade de aplicação da força, em um ambiente com a marcante

presença da população no campo de batalha, além da, cada vez mais presente, mídia em combate, que acaba por influenciar o mesmo com suas reportagens.

Assim, as tropas modernas devem ser capazes de se adaptar a diferentes tipos de situações, que variam entre ações extremamente violentas em combate, Operações de Paz com a neutralidade necessária e Operações de Ajuda Humanitária, tudo isso em um pequeno espaço territorial, que eles hipoteticamente valoraram em três quarteiros, ou seja, uma alternância de postura operacional em um curto intervalo de tempo ou espaço. (FERREIRA, 2017)

Pode-se verificar na ilustração abaixo uma representação da evolução do combate no curto espaço hipotético de terreno. (Figura 1).



**FIGURA 1** – A Guerra em Três Quarteiros- Representação Gráfica. Fonte: O ANFÍBIO, 2017, p. 82

Cada elemento deve estar preparado para atuar com diferentes posturas operacionais em um curto espaço de tempo. Com isso, cresce a importância da preparação mental e moral individual.

Em ambientes urbanos as ações tendem a ser descentralizadas, fazendo emergir a liderança das pequenas frações, na figura do chamado Cabo Estratégico, como fator primordial para o sucesso de toda operação. (KRULAK, 1999). Este elemento deve ser capaz de decidir, rápida e adequadamente, em meio a uma situação que possa evoluir tempestivamente.

Aguardar instruções do comando nessa hora pode significar o insucesso da ação, mas ao mesmo tempo, não devem comprometer a missão dos escalões superiores. Ele deve ter ciência que sua atitude no terreno nesse momento pode gerar uma repercussão no nível estratégico. (KRULAK, 1999)

Outros pontos importantes a serem abordados na preparação de um contingente para esse tipo de Operação são a Cultura e idiomas locais, assim como conduta militar e as Regras de Engajamento.



O terreno cultural do país anfitrião é tido como um dos aspectos mais difíceis do combate, segundo estudos americanos. Muitas vezes, mesmo com uma supremacia do poder de combate se tinha insucessos no campo de batalha urbano em virtude de não se observar tal ramo. Assim, passou-se a considerar tal terreno com um novo fator de decisão, passando a ser incluído nos já existentes, sendo eles: missão, inimigo, terreno, meios, tempo disponível e cultura (“considerações civis”). A tropa que consegue manobrar e compreender a cultura da população local, tem uma vantagem muito grande no combate moderno. (SALMONI; HOLMES-EBER; 2008).

As regras de engajamento devem ser dominadas por toda a tropa. Devem ser incessantemente revisadas, não apenas na preparação, como durante toda a missão. (FERREIRA, 2009, pag 16)

A conduta militar deve ser uníssona. Todos devem estar cientes de que estão fazendo parte de uma Missão de Paz da ONU, representando o Brasil perante todo o mundo. Não somente a conduta militar será observada, mas também a conduta pessoal. A demonstração de respeito à população local, por meio do tratamento humano dispensado, é primordial. A missão é proteger o povo e não o agredir indiscriminadamente. Esta diferença é a peça chave de todo o quebra-cabeça.

Ao longo das missões sob égide da ONU, diversas denúncias sobre desvios de comportamento por parte das tropas foram recebidas. Pode-se ressaltar o vídeo, que circula abertamente na internet, no qual soldados uruguaios abusam física e moralmente um cidadão haitiano. Atitudes como essa são desfavoráveis não apenas ao país que cede o contingente, mas também à própria ONU, que acaba por vezes tendo sua missão desacreditada.

A tropa brasileira tem boa conduta nessas missões. Consegue navegar no campo cultural, entender a população, agir de maneira eficaz e respeitar o cidadão ao mesmo tempo. Tudo isso é um reflexo direto da fase de preparação, por meio de instruções sobre história, economia, religião, crenças, geografia e línguas. (FERREIRA, 2017)

Nós somos diferentes, nós somos gente, nós olhamos no olho, nós damos tchau, nós dizemos 'olá'. Os nossos soldados que não falam nenhuma língua a não ser o Português, com raras e honrosas exceções, falam perfeitamente com as crianças.

Eles se entendem em uma língua de gente, olho no olho, mão na mão. Esta é a beleza. Somos um único povo. Isto sim que me envaidece e que me dá alegria. Sim, é capaz das Forças Armadas trabalharem ao lado dos civis. Porque Força Armada sem civis não existe. Nós nunca seremos uma força invasora. Isso não está na alma do brasileiro. Nós fomos em paz e sairemos de lá em paz. Reconhecidos como um grupo

que veio para dizer alguma coisa. Esta é a minha admiração às Forças Armadas Brasileira e o meu testemunho como brasileira do muito que vocês fazem pelo Haiti. (KIPMAN, ROSEANA,2009)

A partir de 1999, com a elaboração do mandato da missão em Serra Leoa, a proteção de civis (*Protection of Civilians- POC*) passou a ser mencionada, e hoje é, na maioria das vezes, a mais importante tarefa das missões da ONU. Para a execução de tal, é permitido o uso de todos os meios necessários, segundo o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, pelo qual, respeitando a Lei Internacional Humanitária de Distinção, Proporcionalidade e uso mínimo da força, poderá sim ser utilizada a força, inclusive a letal, para que a população civil seja protegida. (NUNES, 2014)

Assim sendo, um deslize sequer na postura adotado por qualquer elemento da tropa em relação a população civil do país anfitrião pode comprometer o trabalho de vários contingentes.

### 3.2 ENTREVISTAS

Com a finalidade de elucidar o estudado nas literaturas, foram realizadas algumas entrevistas, com militares pertencentes aos diversos contingentes que atuaram na MINUSTAH, assim como com um haitiano, que preferiu ter sua identidade preservada. Segue a relação do pessoal entrevistado:

Nome	Justificativa
Cap Art Rafael Victoria Buzinelli	Cmt 4ºPel/3ªCia/ BRABATT 2/15º Contingente
CT(FN) Raphael Do Couto Pereira	Cmt 1ºPel/ 18ºContingente e Oficial de Assuntos Civis/ 21º Contingente
CT(FN) Thalyson da Costa Gonçalves	Cmt do 2º Pel/ 20ºContingente
CT(FN) Luan Guilherme Silva	Cmt do 2º Pel/ 21º Contingente
CT(FN) Bruno Dutra da Silva Rego	Cmt 1º Pel/ 21º Contingente
CT(FN) Bruno Silveira Ribeiro Valentim	Cmt da Equipe de Comandos Anfíbios Comandante (ECAnf)/ 24º Contingente
CT(FN) Alan Cesar Frambach de Assis	Cmt da Equipe de Comandos Anfíbios (ECAnf)/ 26º Contingente
A	Pastor missionário haitiano

Quadro 1 - Entrevista.  
Fonte: O Autor.

Em uma resposta dada pelo CT(FN) Bruno Silveira Ribeiro Valentim, quando perguntado como era o entendimento na ponta da linha sobre o reflexo de uma postura inadequada, afirmou que: “Havia o pleno entendimento por parte dos militares da minha equipe que obter uma postura adequada era fundamental tanto para o cumprimento de nossas tarefas como da Missão do Brasil no Haiti, pois a adoção de uma postura inadequada de apenas um militar, poderiam comprometer todo um Contingente e, conseqüentemente, a manutenção de um ambiente seguro e estável.” Assim, nota-se que os militares estavam cientes de que poderiam vir a realizar às vezes de “cabo estratégico”, estando conscientes de que suas posturas influenciariam em níveis bem mais altos que os seus.

De acordo com o CT(FN) Bruno Dutra da Silva Rego, as instruções sobre a cultura local (língua, religiões, costumes,...) foram muito importantes para entender alguns tipos de ações e condutas da população, além de orientar o modo de reagir a determinadas situações e como melhor agir para obter informações e também alcançar os resultados esperados de manutenção da segurança na área. Na opinião dele, as instruções sobre a língua local poderiam ser melhor exploradas, visto que a comunicação, além de auxiliar as ações e operações através de informações obtidas por intermédio da população, demonstra a preocupação em se preparar e melhor interagir com a população.

Para o CT(FN) Bruno Silveira Ribeiro Valentim, também se faz necessário haver mais instruções sobre a língua creole, tendo em vista que o diálogo com a população haitiana através da sua língua materna, contribuiu sobremaneira para o cumprimento de diversas tarefas, tais como: coleta de informações, patrulhas, coordenação civico-militares, ações sociais, recebimento de gêneros e prestação de serviços, entre outras.

Quando perguntado se as instruções sobre Regras de Engajamento foram suficientes e se todos os militares tinham pleno conhecimento das mesmas, o CT(FN) Bruno Dutra da Silva Rego afirmou que sim, e que as mesmas auxiliaram na conduta durante a missão, tendo sido respeitadas por todos de maneira natural. Sugeriu ainda que orientações jurídicas seriam por demais importantes na preparação, exemplificando o momento da confecção dos relatórios de disparos e ações que eram inspecionadas por militares da Guatemala, visando resguardar os militares que tomaram a iniciativa de ações necessárias para resolução de situações críticas.

Quando perguntados sobre o tratamento despendido pelos brasileiros com a população local e se era possível notar diferenças entre as tropas brasileiras e as demais, a resposta entre os entrevistados foi unânime, afirmando que o tratamento era cortês e que a diferença entre a postura das tropas era realmente nítida, como exposto pelo CT(FN) Thalyson da Costa Gonçalves, que afirmou as tropas brasileiras, de maneira geral, apresentavam uma maior empatia e interagiam com a população, e isto facilitava o trabalho das tropas brasileiras em varias missões. O CT(FN) Raphael Do Couto Pereira afirma que há uma diferença marcante entre as tropas brasileiras e as demais, apontando como principal a questão de a nossa cultura ter por si só uma natureza agregadora, o que era notório no Haiti.

De acordo com o pastor missionário haitiano, a MINUSTAH serviu para estreitar os laços entre os países, pois o Brasil foi a primeira nação com a qual o povo haitiano se identificou como irmãos. Os brasileiros agiam sem preconceitos, sem se avharem superiores (apesar de que não na sua totalidade). Com o tempo, os brasileiros foram os únicos que não precisavam de armamento para poder entrar nas comunidades e fazer seu trabalho. Acabou ganhando a confiança do povo, um sentimento de amizade.

O missionário ainda complementou ao dizer que as tropas dos demais países não se misturavam aos haitianos, por se acharem superiores a eles. Disse que o povo brasileiro era natural e simples, levando seu trabalho como se fosse a vida normal.

“Eu me lembro de quando os brasileiros chegaram aqui no Haiti, os soldados passavam suas armas para traz e jogavam bola com os meninos em cité solei, um dos bairros mais perigosos de porto príncipe onde tinham muitos bandidos, os brasileiros simplesmente eram eles mesmo, e isso aproximou muito as tropas da população, então a relação das tropas brasileiras com os haitianos, não era igual a das outras tropas estrangeiras. Nós sentíamos que os brasileiros eram tropas haitianas atuando em nosso próprio pais, eram como se fossem as forças armadas haitianas, mas que falavam uma língua diferente. Se foi algo diferente eu não sei, essa foi a experiência que eu vivi.”

Eu me lembro de quando os brasileiros chegaram aqui no Haiti, os soldados passavam suas armas para traz e jogavam bola com os meninos em cité solei, um dos bairros mais perigosos de porto príncipe onde tinham muitos bandidos, os brasileiros simplesmente eram eles mesmo, e isso aproximou muito as tropas da população, então a relação das tropas brasileiras com os haitianos, não era igual a das outras tropas estrangeiras. Nós sentíamos que os brasileiros eram tropas haitianas atuando em nosso próprio pais, eram como se fossem

as forças armadas haitianas, mas que falavam uma língua diferente. Se foi algo diferente eu não sei, essa foi a experiência que eu vivi (Pastor missionário haitiano,2018)



**FIGURA 2** – Soldados do ultimo contingente brasileiro que integram as Forças de Paz da ONU fazem patrulhamento nas ruas da capital Porto Príncipe no Haiti.. FOTO 26º CONTBRAS/ EXERCITO BRASILEIRO

De acordo com o CT(FN) Thalyson da Costa Gonçalves a tropa possuía o pleno conhecimento de que qualquer deslize comportamental poderia ter influência em diversos níveis podendo chegar ao estratégico e político. Assim, com essa consciência, todos mantinham uma postura adequada a missão.

#### **4 CONCLUSÃO**

O cumprimento da missão do Brasil no Haiti trouxe muitos ensinamentos para as tropas brasileiras. Por se tratar de uma missão essencialmente desenvolvida em ambiente urbano, foi possível se constatar uma descentralização no emprego do pessoal. Esta pode ser comprovada pela resposta dos especialistas, que em grande parte apontaram a Esquadra de Tiro como fração de menor valor por vezes utilizada nas diversas operações. Tal fração é, via de regra, comandada por um Cabo. Assim, através do conhecimento adquirido ao longo do período de preparação, estes

militares cumpriam missões inopinadas e oportunas, sem a autorização prévia do escalão superior, em virtude da necessidade de resposta rápida.

Apesar disso, as tomadas de decisão estavam alinhadas com o pensamento do comando, tendo eles plena consciência de que um deslize poderia acarretar uma grande repercussão, podendo comprometer toda uma missão e a imagem do país. Esta percepção corrobora com a efetividade do conceito de “Cabo Estratégico”, do General Charles C. Krulak, do *United States Marine Corps* (USMC).

Conclui-se que o período de preparação foi fundamental para o cumprimento da missão, principalmente no que tange a percepção sobre a cultura local. Pelas entrevistas foi possível notar que as instruções sobre a língua local, assim como demais aspectos sobre a cultura haitiana, se configuraram como as mais importantes para o sucesso alcançado. Esse fato nos leva a refletir sobre a relevância do terreno cultural no combate moderno.

Como oportunidade de melhoria na preparação das tropas para futuras operações, foram apontados como foco para instruções futuras, além do incremento no estudo da língua, a patrulha a pé, o controle de distúrbios e a acessoria jurídica. Tais instruções em conjunto auxiliarão ainda mais as nossas tropas a cumprirem a missão com um comportamento exemplar. Cabe ainda incluir como fator importante a ressalva feita pelo CT(FN) Luan Guilherme Silva, que afirmou ser interessante que os militares recém chegados de um contingente anterior atualizem os que estão em fase final de preparação, pois o foco e a abordagem podem variar de contingente para contingente. Por exemplo, houve contingentes em que a patrulha não foi o principal foco, logo, se muda o treinamento de forma a dar prioridade no esforço que será realizado na missão.

Em resposta ao questionamento proposto, que gostaria de saber qual a importância do período de preparação no desenvolvimento das boas atitudes das tropas brasileiras a fim de adotarem uma postura adequada perante a população, e cumprirem a missão no Haiti, simultaneamente, se nota que esta é por demais importante, afinal, é neste período que a tropa toma conhecimento da realidade da população, aprendendo a atuar no terreno cultural daquele país, respeitando os costumes locais, e cumprindo a missão ao mesmo tempo. Por isso nossas tropas obtiveram grande notoriedade neste cenário.

“O tratamento humanizado com a população foi o nosso diferencial.” (CT(FN) Raphael Do Couto Pereira). ADSUMUS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, GOVERNO. Brasil participa de missões de paz desde 1947. 29 julho de 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/brasil-participa-de-missoes-de-paz-desde-1947>. Acesso em: 26 outubro 2017

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD34-M-02 MANUAL DE OPERAÇÕES DE PAZ. 2ª ed. Brasília, DF, 2017.

CRUZ, MARYANNE. 1º Seminário de Operações de Paz Pró- Defesa. Âncoras e Fuzis, Rio de Janeiro, n. 39, p. 37, dez. 2009.

DO PILAR, Ricardo Henrique Santos. Alteração da Postura nos 13 anos do GptOpFuzNav-HAITI. O ANFÍBIO, Rio de Janeiro, V.35, p.42, 2017.

EXTERIORES, MINISTÉRIO. O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 26 outubro 2017

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O Brasil e as Operações de manutenção da paz da ONU Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>. Acesso em: 26 outubro 2017

FERREIRA, RENATO. Haiti- Experiências do 10º GptOpFuzNav. Âncoras e Fuzis, Rio de Janeiro, n. 39, p. 13-19, dez. 2009.

HAMANN, EDUARDA PASSARELLI . A Força de uma Trajetória- O Brasil e as Operações de Paz da ONU (1947-2015). MILITARY REVIEW, n. 1, p. 47-62, jul-set, 2016.

JANSEN, Alexandre Eduardo. Uma nova estrutura para a produção doutrinária no Exército Brasileiro . Doutrina Militar Terrestre em Revista, Ano 001, Edição 001, Janeiro a Março 2013 - Centro de Doutrina do Exército

JÚNIOR, Domício Proença. O enquadramento das missões de Paz (PKO) nas teorias da guerra e de polícia. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200008). Acesso em: 26 outubro 2017.

KRULAK, Charles C. The Strategical Corporal: Leadership in the Three Block War. Marines Magazine, January 1999.

NOGUEIRA, Alexandre Lopes. A aplicabilidade do Direito Internacional dos Direitos Humanos para o Exército Brasileiro em missões de paz da Organização das Nações Unidas. 2007. Monografia - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2007.

NUNES, José Ricardo Vendramin. Proteção de civis: a visão do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO/ONU). 2015. Artigo de Operações de Paz –Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, CCOPAB, Rio de Janeiro, 2014.

SALMONI, Barak A.; HOLMES-EBER, Paula. Operational Culture for the Warfighter: Principles and Applications. Marine Corps University Press. Quantico, Virginia, 2008.

UNIDAS, NAÇÕES. ONU conta história das Missões de Manutenção de Paz, que completam 68 anos. 11 janeiro de 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-conta-a-historia-missoes-de-manutencao-de-paz-que-completa-68-anos-de-existencia/>. Acesso em: 26 outubro 2017.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Capítulo VII. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>. Acesso em: 26 outubro 2017.